



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2425/15	DATA: 17/11/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 17h05min	PÁGINAS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REGINA BECKER - Deputada Estadual do Rio Grande do Sul e ex-Secretária Especial dos Direitos Animais de Porto Alegre.
WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Tenente da Polícia Militar da Bahia.

SUMÁRIO

Esclarecimentos sobre a adoção de programas de manejo populacional, sobre a descentralização dos serviços de bem-estar animal e vigilância epidemiológica, sobre o aumento dos casos de leishmaniose no País e sobre o assassinato de um buldogue em Teixeira de Freitas.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 26ª reunião, realizada em 12 de novembro de 2015.

Indago se há a necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Sr. Presidente, eu peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Carlos Gomes.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

- do Sr. Cesar Fabiano Vilela, que encaminha regulamentos e estudos relativos aos animais utilizados em rodeio e provas de competição;
- das empresas RadioNet e Vona Telecomunicações, que respondem à transferência de sigilo solicitada por meio do Ofício nº 87, de 2015, da Presidência;
- do Aquário de São Paulo, que encaminha documentos constando informações sobre aquela empresa e trazendo esclarecimentos adicionais sobre a importação dos ursos polares Peregrino e Aurora.

Ordem do Dia

A presente reunião consistirá em duas partes. A primeira terá como foco o esclarecimento da adoção de programas de manejo populacional e a descentralização dos serviços de bem-estar animal e vigilância epidemiológica, bem como discorrerá sobre o aumento dos casos de leishmaniose no País.

Para tratar sobre o assunto, contaremos com a presença da Exma. Sra. Regina Becker, Deputada Estadual do Rio Grande do Sul e ex-Secretária Especial dos Direitos Animais de Porto Alegre, convidada nos termos do Requeimento nº 14, 2015, do Sr. Ricardo Tripoli.



Na segunda e última parte da reunião, faremos a oitiva do Sr. Wilson Pedro dos Santos Júnior, Tenente da Polícia Militar da Bahia, convocado para prestar esclarecimentos sobre o assassinato de um buldogue em Teixeira de Freitas, na Bahia, nos termos do Requerimento nº 41, de 2015, de minha autoria.

Informo que a apresentação da compilação de proposições legislativas pelo Sub-Relator, Deputado Alexandre Serfiotis, estava programada para ocorrer na presente reunião, mas, tendo em vista o pedido de maior prazo por parte do Sub-Relator, a apresentação fica adiada para a próxima reunião ordinária da CPI, nesta quinta-feira, dia 19.

Convido a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Deputada Regina Becker.
(Palmas.)

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido à convidada será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartada; os Parlamentares interessados em interpelá-la deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, à Exma. Sra. Deputada Regina Becker.

A SRA. REGINA BECKER - Boa tarde, senhoras e senhores. Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Deputado Ricardo Izar e também o Deputado Carlos Gomes, Deputados amigos, militantes, como nós, da causa animal.

É um grande prazer estar aqui, nesta tarde, participando de reunião nesta CPI, que visa justamente analisar a questão dos maus-tratos aos animais.

Eu sou Deputada Estadual pelo Rio Grande do Sul, ativista da causa, protetora há muitos anos.

Enquanto Primeira-Dama do Município de Porto Alegre, fiz um trabalho relacionado à Secretaria Especial dos Direitos Animais, que visava justamente a implantar políticas públicas efetivas no que se refere à questão dos animais.

Nós desenvolvemos esse trabalho já há 4 anos. Durante esse período, mais de 150 mil animais já foram atendidos, com muito rigor e critério, no Município de Porto Alegre, oferecendo-se trabalho gratuito às pessoas de baixa renda.



Durante esse período todo, nós nos preocupamos muito em implantar um projeto direcionado à rede pública de ensino. Tomamos algumas atitudes, como permitir, por meio de decreto municipal, que todas as escolas pudessem animais domésticos ter no seu ambiente escolar. Os responsáveis pelos cuidados desses animais são justamente as crianças e os adolescentes da rede escolar. Fizemos esse trabalho não porque gostamos de animais, mas porque isso faz parte de um projeto educativo que visa tornar essas crianças e adolescentes responsáveis e cientes das suas responsabilidades, enquanto tutores, e que deve ser assegurada a esses animais a possibilidade de terem o melhor atendimento possível.

De acordo com pesquisas feitas no mundo, as pessoas que hoje cumprem as penas mais longas de privação de liberdade, tanto do gênero masculino, quanto do gênero feminino, no Brasil e no exterior, começaram a praticar delitos por meio de agressões a animais — vocês todos podem comprovar isso através da Internet. Esses dados, comprovados cientificamente, fazem com que tenhamos esta reflexão: a pessoa reproduz, no meio em que vive, a forma como foi criada, a relação que teve com seus tutores no seio familiar, com seus cuidadores.

Então, esse processo de educação nas escolas voltado para a questão animal é importantíssimo. Diariamente, um grupo de pessoas de pessoas percorre as escolas públicas de Porto Alegre, tanto municipais, quanto estaduais, e também as particulares, levando material didático para essas crianças e para esses jovens, de acordo com o nível de escolaridade e a faixa etária, para que possam ter contato com a questão do respeito e a dos maus-tratos. Nós entendemos que isso faz parte de um processo educativo, um processo de crescimento, um processo de conscientização.

Diante desta CPI, que analisa essa matéria de forma muito mais pontual, é importante que se faça também uma certa análise a respeito de coisas que acontecem no Brasil e que necessitam urgentemente de mudança. Não somente os animais — cães, gatos, cavalos, animais domésticos de que gostamos — que são vítimas de violência, merecem o nosso amor e o nosso carinho. Nós vivemos muitas incertezas, diante de políticas governamentais, que necessitam também de um olhar diferenciado. A situação do IBAMA, particularmente, me preocupa muitíssimo.



Eu passei hoje a manhã inteira em reuniões sucessivas no IBAMA. Percebi que há um esvaziamento no IBAMA. Falta-lhe estrutura — não a tem mais, como tinha. Há também uma preocupação muito grande por parte do corpo diretivo desse instituto. De acordo com relatos da Diretora de Desenvolvimento e Pesquisa, em aproximadamente 4 anos, um quarto do quadro técnico do IBAMA estará se aposentando. A carência é muito grande em todos os Estados brasileiros.

Considerando que foram transferidas competências para os Estados, como fiscalização e autuação, para os órgãos estaduais que têm poder de polícia, isso significa que estamos completamente descobertos. Hoje, talvez, os únicos locais do País em que está sendo feita a fiscalização e a autuação efetiva são o Distrito Federal e o Espírito Santo. Nenhum outro Estado da Nação hoje pode contar com a fiscalização e com a autuação do IBAMA, porque a competência para tanto foi transferida para as brigadas militares, Polícia Civil, Polícia Federal, sem a estrutura para esse acompanhamento. Para nós, isso é um problema muito grande, é uma preocupação. Muitas espécies estão sendo vítimas de violência.

O Rio Grande do Sul é um corredor importantíssimo do tráfico de animais, principalmente das aves. Isso não consta nos relatórios que nós temos por aqui. Em compensação, sabe-se, através das apreensões realizadas, que isso tem acontecido muitíssimo.

Infelizmente, sempre lidamos com essas questões quando o dano já aconteceu. A exemplo do que se passou em Mariana, tomam-se providências depois que o fato acontece. Assim tem sido com tudo, no Brasil, em relação a questões ambientais. E é necessário que se faça uma análise e uma avaliação para definir que providências nós temos que tomar em tempo para que possamos efetivamente impedir que outras tragédias venham a acontecer.

Esse é o tipo de coisas que enfrentamos, Deputado Ricardo Izar. A questão da leishmaniose, por exemplo, está posta. Existe uma instrução normativa do Ministério da Agricultura, de 1975, que estabelece que cães com leishmaniose, comprovadamente, devem ser eutanasiados. A instrução não diz qual é o tipo de exame que tem que ser feito para a comprovação da leishmaniose. Acontece que o exame sorológico pode dar positivo para leishmaniose quando o animal tem a babiose, doença transmitida pelo carrapato. Na verdade, o exame que tem que ser



feito é o parasitológico, que, no Brasil, só é feito pela Fiocruz, no Rio de Janeiro, e que tem um custo muito elevado.

O poder público não dispõe de recursos para a realização desse exame que leva à certeza em relação a esse tipo de patologia. Por conta disso, o que fazem as Prefeituras de todos os Municípios brasileiros, principalmente do interior, quando detectam um caso de leishmaniose através do exame sorológico? Exterminam os cães da pior forma possível, o que também é uma agressão, com certeza.

Tenho um exemplo muito claro de um Município do Rio Grande do Sul, em que, há até bem pouco tempo, anualmente, cães que apresentavam um resultado positivo no exame sorológico eram exterminados de uma forma absolutamente violenta, com pauladas e porretadas.

Pergunta-se: até que ponto nós estamos fazendo políticas públicas e revisões de regulamentos e de leis que possam nos dar certezas e seguranças a respeito de condutas que o próprio poder público vem tomando?

Eu trouxe para vocês um vídeo do trabalho que nós estamos realizando em Porto Alegre e que eu acho que vai explicar o tipo de conduta que nós vimos tomando em relação a políticas públicas implantadas.

(Exibição de vídeo.)

(Palmas.)

A SRA. REGINA BECKER - Obrigada. O foco do trabalho é efetivamente a questão educacional. Nós temos plena convicção de que de nada adianta pensarmos no futuro planejando a construção de presídios, de legislações ou a mudança de código penal para atender à necessidade premente de manter pessoas enclausuradas, num sistema medieval. Nós entendemos que somente através do processo educacional podemos vislumbrar um mundo um pouco melhor, um mundo com mais dignidade.

A Secretaria Especial dos Direitos do Animal — SEDA tem um trabalho diferenciado sobretudo no que se refere à fiscalização de maus-tratos. Quinze 15 fiscais percorrem a cidade diariamente, averiguando denúncias de maus-tratos, mediante um protocolo complexo, que envolve o preenchimento de uma planilha com toda a situação em que os animais se encontram, com registro fotográfico e



vídeo. É feito o acompanhamento dos casos pontuais, e hoje já temos registradas 25 mil fiscalizações de maus-tratos.

Com essas ações, a gente vai tentando fazer com que uma cidade, uma população, as pessoas, pouco a pouco, comecem a agir diferente. Tudo isso é feito não somente por gostarmos de animais, mas também e principalmente para coibirmos a violência, fazer com que as pessoas sejam mais respeitadas e entendam que o papel do cidadão é sobretudo fazer com que o mundo torne-se um lugar melhor para todos nós vivermos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço à Sra. Regina Becker.

Antes de passar a palavra ao Sub-Relator, o Deputado Chico Lopes, vou pedir licença a S.Exa. para passar a palavra à Deputada Raquel Muniz. Ela fará apenas uma comunicação.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Obrigada, Deputado Chico Lopes.

Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, quero apenas anunciar que já está confirmada a presença da CPI de Maus-Tratos de Animais, no dia 30, em Montes Claros, que é uma cidade polo — é como se fosse a capital do norte de Minas.

Está aqui presente o Prefeito de Glaucilândia, cidade vizinha, Geraldo Martins, que nos honra com a sua visita aqui hoje para participar da nossa Comissão. Estão presentes também o Vereador José Vieira e o Presidente da Câmara Municipal de Glaucilândia, Vereador Valdenilson; o Presidente da Câmara Municipal de Ponto Chique, Renilson Alves Almeida, que vai estar conosco lá no dia 30, e o Vereador Jackson Almeida; e, de Montes Claros, cidade que vai sediar esse importante momento da nossa CPI, o Sargento Melgaço; o Dr. Marcos Vinícius, representando o Prefeito Ruy Muniz; e o nosso querido Jadir, da Secretaria de Saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Onde está o Prefeito e os Vereadores?

Sejam bem-vindos! V.Exas. estão muito bem acompanhados por uma Deputada muito atuante.



Com a palavra o Deputado Chico Lopes, Sub-Relator.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, a CPI tem tido um papel de grande importância neste momento. Eu até fico pensando, cá com os meus botões, o que leva as pessoas a terem essa violência com os animais?

A questão tem o seu lado positivo: há pessoas que compram os animais, tratam-nos com todo o respeito e carinho e, na solidão, tiram até proveito da companhia do seu animal dentro de casa.

Mas há esse outro segmento, e gostaria que fizéssemos uma reflexão sobre o que leva a isso. É a vida, que está difícil para muita gente e leva pessoas a descarregarem sobre aquilo que não lhe possa oferecer uma contrapartida? Há cachorro que morre, etc. e tal — isso já faz parte do mecanismo de defesa.

Atualmente, com os negócios para pets, milhões estão sendo gerados na economia. São coleiras e uma série de coisas não muito baratas — a classe média tem condições de ter animais com mais direitos do que eles têm: *“Já que eu comprei um animal, é para respeitar, para ter isso”*.

Por outro lado, nós ainda não conseguimos entender por que os maus-tratos de animais são uma coisa concreta no meio da rua e dentro das próprias casas.

Eu não estava presente o tempo todo. Eu quero, depois, pegar a fita, para também me posicionar quanto à exposição da Sra. Regina.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. REGINA BECKER - Deputado, prazer em conhecê-lo.

O senhor disse uma coisa em relação ao cão sobre a qual fiquei refletindo um pouco. Na verdade, o cão é exatamente o reflexo da forma como foi criado — assim também são as pessoas. Eles refletem a forma como foram criadas no meio familiar que os acolheu, por seus tutores. Esses seres são reflexo da forma como foram se desenvolvendo ao longo da vida.

A partir do momento em que a ciência, rompendo um paradigma mundial, chega à conclusão de que os animais são seres sencientes, são seres dotados de sentimento e de sensibilidade, isso muda um pouco a perspectiva, a forma como até então nós vimos nos relacionando com eles.

A ciência prova que eles têm memória olfativa, memória visual e memória auditiva. Ou seja, ela prova que o córtex cerebral é exatamente o mesmo de todos



os animais vertebrados, incluindo aí todas as aves, o golfinho, o polvo e a baleia — isso foi demonstrado por um neurofísico, no seminário de que participei há pouco tempo, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O córtex é o mesmo. Então, na verdade, nós estamos lidando com seres conscientes. Nós ainda não tivemos a capacidade de entender a linguagem deles. Portanto, não podemos simplesmente vê-los como seres dotados de vida; eles são seres dotados de memória.

Mas nós vemos que esse assunto ainda é tratado com muito preconceito, como se fosse uma coisa menor. Isso reflete também a incompreensão existente a respeito do mundo em que nós vivemos.

É importante que todos olhem para a questão animal com mais preocupação, porque isso reflete a sociedade do futuro, eu tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu gostaria de continuar, Deputada Regina, porque V.Exa., quando menciona algumas questões teóricas, nos ajuda a pensar um pouco, de maneira científica, em certos relacionamentos com os animais, que ficam muito na esfera do relacionamento animal racional e animal irracional.

No dia 26, haverá uma audiência com entidades militares que usam cavalos — não sei se está confirmada, e pergunto ao Sr. Presidente. Isso não tem importância agora, mas me lembra também a perguntar por que unidades militares usam cachorro para praticar violência contra os seres humanos nas favelas, etc. e tal.

Parece-me que nós precisamos ter alguma coisa na lei que utilizar. Se um homem é violento com outro, pelo menos ele tem o direito de dizer que faz ou não faz.

V.Exa. diz que, de certo modo, o cachorro é treinado. Ele sofre para ser treinado. O treinador usa de algum mecanismo de força para que ele aprenda, por repetição. Então, o que V.Exa. acha de termos uma lei mais específica para os organismos militares que usam cavalo e usam cachorro exatamente para farejar nos aeroportos e para subir as favelas, lugares de gente pobre mesmo? Eles entram assim, usando o cachorro como instrumento de violência, em nome da paz e da justiça, etc. e tal. Em nome da justiça faz-se também muita injustiça.

Gostaria de ouvir a opinião de V.Exa.



A SRA. REGINA BECKER - Deputado Chico, há necessidade de que se tenha uma visão clara a respeito do tipo de treinamento a que esses animais são submetidos. Existem linhas completamente diferentes.

Há um tipo de treinamento que é coercitivo, um treinamento que exige uma postura do animal, em que, se ele não corresponde ao que foi solicitado, ele é punido. É o treinamento mediante punição.

Outro tipo é o treinamento mediante gratificação.

No Rio Grande do Sul, a Brigada Militar faz treinamento tanto de cavalos, quanto de cães na base da gratificação. Assim também é no Rio de Janeiro: usa-se a gratificação para treinar os cães. Eu não sei a respeito dos outros Estados brasileiros, até porque, às vezes, essas informações são muito veladas, não são claramente ditas, e o público não fica sabendo. Mas seria interessante, sim, que se estabelecesse um regramento: que nenhum tipo de treinamento de animais — até porque esses animais estarão cumprindo uma função de segurança pública — fosse à base da violência nem da punição.

Sabe-se o cavalo, de todos os animais da natureza, é o mais sensível. Ele reage imediatamente. Hoje, usa-se com cavalos o treinamento à base de gestos e de olhar, introduzido por um americano chamado Monty Roberts. Aquele famoso treinamento de cavalos que se fazia, o adestramento quebrando o queixo — o Deputado Onyx Lorenzoni conhece a nossa tradição no Rio Grande do Sul —, que muita gente ainda usa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. REGINA BECKER - Quebrar queixo, na verdade, significa levar o cavalo para um picadeiro, onde ele é punido severamente. Usa-se nele, durante uns dias, um tipo de arreio que causa o deslocamento facial, para que ele entenda que tem que ser submisso ao seu domador. Esse é um tipo de doma muito violento, e é usado no Brasil inteiro.

Hoje em dia, o método usado tem por base o olhar. A ciência comprovou esse método. O cavalo é colocado dentro de um picadeiro. O treinador fica com a cabeça baixa durante 8 a 13 minutos, sem o olhar para o cavalo de frente, enquanto este anda em círculos, nos dois sentidos. Quando o treinador levantar a cabeça, o cavalo verá que há alguém disposto a enfrentá-lo. Num dado momento, o treinador levanta



as mãos, e o cavalo para. Ali começa a relação do treinador com ele. Demora mais ou menos 30 minutos para o cavalo estar completamente domado, sem qualquer tipo de toque, sem qualquer tipo de agressão física.

Eu acho extremamente pertinente, Deputado Chico Lopes, que esse assunto que V.Exa. mencionou, seja levado adiante: que os órgãos que façam treinamento de animais não se utilizem de formas violentas.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu tenho muita preocupação em que gente não se saia daqui com as mesmas leis que temos, em que avancemos mais nesse sentido. E as novas leis têm que ser elaboradas, conforme o depoimento de V.Exa., com base num certo conhecimento e uma série de coisas.

Eu tenho uma experiência. Eu tenho um *poodle* e um labrador. O labrador, com 3 meses, tem o tamanho de um burro, um jumento. Pesado! Chega nas pernas da gente, só falta nos derrubar. O outro é mais carinhoso, etc. e tal. Então, como vemos, os animais têm comportamento diferente uns dos outros — embora o labrador, quando adulto, seja o animal melhor de se criar e de se andar com ele.

Eu estou preocupado. O nosso Relator tem muito mais conhecimento nessa área do que eu, mas estou tentando tratar de coisas com as quais tenho preocupação. Nós precisamos discutir, por exemplo, por que a Polícia Militar tem que lançar um animal contra um ser humano — ele pode ser o que for, mas é um ser humano.

Como V.Exa., acabou de dizer, o animal tem sensibilidade, tem sentimento. Eles o estão treinando para coisas que podem ser muito boas para a sociedade — talvez algum público ache ótimas essas coisas —, mas eu acho que eles não nasceram nem foram criados para esse tipo de comportamento. O policial tem o direito de negar, de não querer ser, de não fazer, mas os animais são treinados de uma maneira tal que não têm outra alternativa.

Eu gostaria que V.Exa. me desse uma contribuição nesse sentido. Como podemos modificar isso? Lei nesse campo é coisa nova. Nós ainda temos que criar, e vai ser uma criação coletiva com toda a CPI. As informações e os dados do relatório são muito importantes para se montar esse tipo de lei, com a qual queremos dar a nossa contribuição nesta CPI.



A SRA. REGINA BECKER - Eu fico completamente à disposição para o que eu puder ajudar e contribuir. Vai ser um avanço para a causa animal.

Outras questões nós também vamos ter que enfrentar mais cedo ou mais tarde, a exemplo das formas de abate. Na ciência isso é chamado de especismo — não é a Vereadora Ana Rita? Inclusive, ontem, eu comprei um livro sobre isso, pois nós amamos os cães, comemos os porcos e nos vestimos de vacas.

Portanto, que tipo de relação é essa que nós temos para com os animais? A nossa relação é absolutamente utilitária. E quando os animais atendem os nossos interesses, é ótimo; quando não atendem, fazemos de que não existem e que está tudo invisível.

Um grande filme que está sendo lançado hoje no mercado americano aborda um caso verídico relacionado à vida de uma autista. Os senhores vão poder assisti-lo logo, porque terá lançamento mundial, mas só para exemplificar, essa autista, como todo autista, que cria um mundo próprio, era dotada de uma inteligência lógico-numérica fenomenal desde criança, o que foi percebido pela família. Ela observava muito a natureza e começou a perceber que os bovinos e equídeos, que são vacas, bois e cavalos, quando tinham uma sensação de bem-estar, andavam em círculos ou de acordo com o símbolo de infinito. Ela frequentou as maiores universidades, fez cursos de Matemática, Física e Engenharia. E ela começou a perceber que essas duas espécies de animais, quando estavam estressadas, andavam em linha reta; quando sentiam bem-estar, faziam movimentos circulares. Com isso, ela desenvolveu um projeto que hoje é seguido pelos frigoríficos americanos, sendo que todos os bovinos, equinos e ovinos, quando são levados para o abate, seguem um corredor que tem um desenho que os torna menos estressados.

Sabe-se que o animal percebe quando vai ser morto. E ao perceber a morte, ele libera o fel, o veneno que todos nós temos na vesícula biliar, que contamina a carne em questão de minutos. São 30 segundos para ser dado o reflexo cerebral e em torno de 3 minutos para ser contaminado o corpo inteiro, porque a substância é liberada pela vesícula biliar. E quando ela se espalha pelo corpo inteiro, a carne do animal, ao invés de ser um produto saudável, salutar, que vai fazer bem para o



corpo humano ou para o consumo, torna-se um produto altamente tóxico ao ser ingerido.

Portanto, esse filme mostra a trajetória da construção de um método novo, em que o animal, ao ser levado à morte, ele não vai em grupos, como sempre acontece, e vai andando em círculos, de forma a se desestressar. E quando chega efetivamente a hora do abate, o animal está sozinho e não percebe que vai levar o golpe, que é único.

Esse tipo de discussão é horrível. Nós que somos vegetarianos não gostaríamos que os animais fossem condenados à morte para consumo — e eles o serão durante muito tempo ainda. Mas é possível, sim, criar políticas que estabeleçam a forma como eles vão morrer e tentem minimizar esse sofrimento.

O consumo de carne vai continuar, todo mundo vai continuar a comer carne de animais, embora não coma animais com os olhinhos. Meu filho diz: “*Se ele está olhando para mim, eu não quero saber*”. Mas enquanto existir isso, vamos estabelecer métodos, procedimentos que os frigoríficos têm que adotar para que isso aconteça.

Os frangos em aviários são criados um ao lado do outro, em cubículos. Talvez os senhores nunca tenham ido a algum aviário. Eles são criados em cubículos, com uma luz há exatamente 20 centímetros acima de suas cabeças, e têm que comer durante 24 horas por dia, porque têm que estar prontos para o abate em 4 a 5 semanas. Eles ficam cegos. A luz é tão intensa, que eles criam uma película em cima dos olhos, porque, como a exposição à luz é muito grande, isso faz com que eles se autoprotejam.

É isso o que nós queremos? Mas é isso o que a política pública estabelece: formas de criação de animais que são levados ao abate em circunstâncias absolutamente cruéis.

Eu acho que a nossa missão é muito maior, é uma missão de salvar o mundo e de criar condições de respeitarmos pelo menos o que podemos fazer em relação aos seres vivos.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu só queria agradecer à senhora, que deixou questões para a nossa reflexão.

Eu acho que a responsabilidade, Sr. Presidente, está aumentando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está aumentando.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, primeiro eu queria cumprimentar a Deputada Regina Becker, que muito antes ser Parlamentar, ao ocupar o cargo de Secretária Especial dos Direitos Animais, de Porto Alegre, criou, junto com o Prefeito José Fortunati, uma secretaria específica que mudou a cidade de Porto Alegre e dá uma contribuição à discussão da organização e da distribuição das atividades públicas nas capitais brasileiras, chamando atenção para uma causa que, na verdade, é de todos nós.

Os animais mimetizam a sociedade e muitas vezes servem de amortecedor das tensões dessa mesma sociedade. É por isso que até a pessoa de menor posse, que às vezes luta apenas pela sobrevivência, divide com o seu animal de estimação o que ela mal tem para comer. Em mais de 30 anos de prática clínica, eu me cansei de receber papaleiros, pessoas que realmente tinham imensas dificuldades de sobrevivência pessoal, muitas vezes mendigos, mas que tinham o seu amigo ao lado. E se esse amigo adoecia, eles acorriam ao hospital veterinário que nós temos em Porto Alegre — a Dra. Regina o conhece —, que este ano vai fazer 63 anos. O hospital começou com meu pai; eu fiquei no hospital por mais de 20 anos; e hoje é o meu filho mais velho que toca o hospital. E nós, nesses anos todos de história, conhecemos a fundo essa profunda relação que se estabelece entre os seres humanos e os animais e entre os animais e os seres humanos.

Portanto, Deputada Regina Becker, eu primeiro quero cumprimentar e reconhecer a extrema validade da sua doação a essa causa pública, a coragem e o vigor e a inteligência demonstrada ao longo dos últimos anos, não apenas na cidade Porto Alegre, mas também no Estado do Rio Grande do Sul. Hoje tu estás na Assembleia Legislativa, legitimamente levada por esta causa à qual tens te aprofundado. E como voz dessa causa, tu tens colocado todos a pensar, principalmente a área pública, onde, durante décadas a fio, os animais sempre foram invisíveis e distantes da causa dos legisladores.

Mas por outro lado, nos últimos anos tem havido avanços importantes. Eu que conheço um pouco a história da Medicina Veterinária no Brasil, quero lembrar que, há coisa de 1 década, existe uma área da ciência veterinária que se debruça sobre o



bem-estar dos animais, que, aliás, é uma área multiprofissional, a que muitos veterinários se dedicam para exatamente compreender como nós podemos devolver aos animais toda a dignidade e o respeito que eles nos dão.

Já existem avanços no Brasil, inclusive na legislação, Deputado Ricardo Izar, no que diz respeito ao abate humanitário, que é exatamente o que a Deputada Regina Becker nos traz. Trata-se dessa análise a respeito de como nós vamos fazer para trazer, vamos dizer assim, o mínimo de sofrimento a esses seres que nos dão a vida para manter a vida, que é o outro lado dessa história.

Eu queria também pontuar que a própria leishmaniose é apenas uma das zoonoses comuns aos homens e aos animais. Eu posso citar o mormo, que hoje causa um trauma bastante similar ao da leishmaniose no Rio Grande do Sul. As normativas do Ministério da Agricultura e do Ministério da Saúde para os casos do mormo e da leishmaniose são as mesmas: uma vez feita a identificação sorológica, o destino do animal é a eutanásia. No entanto, existem alguns países — o que eu tenho de memória é França — que têm uma conduta de tratamento para tais doenças. Existem alguns medicamentos desenvolvidos. No Brasil, eu não conheço nenhuma linha de pesquisa para trazer para cá esse medicamento, uma coisa que a CPI pode provocar na própria EMBRAPA ou nas universidades.

Ao contrário, é desejável que uma linha de pesquisa desse tipo possa existir no Brasil. Nós podemos desenvolver medicamentos para evitar o que hoje lamentavelmente é uma normativa que tem outro reflexo, que é o caso de os animais, principalmente os cães, tornarem-se depositários, repositórios do vírus. E, com a picada, o mosquito acaba transmitindo a doença para os seres humanos. A doença é terrível nos seres humanos, até mais do que nos animais, porque, às vezes, os animais são portadores por longos períodos.

Então, realmente é uma situação complexa. Agora, não justifica, e a Deputada Regina tem toda a razão, agentes públicos abaterem animais a paulada. Isso é um negócio impensável.

Por outro lado, quero também mostrar os avanços que vêm sendo feitos na área de treinamento de animais. E aí eu quero agregar a polícia do Exército de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que tem feito um trabalho muito importante com adestramento de cães, também pelo método da recompensa. Lá, por exemplo, os



animais são treinados muitas vezes para encontrar drogas, e há animais que agora estão sendo preparados e treinados — e é preciso ser uma raça específica — para encontrar explosivos. Por exemplo, há o treinamento de raças que são usadas para o controle de drogas, como labrador ou *beagle*. Quando o animal encontra droga, ele faz uma festa. Agora, quando encontra explosivo, ele não pode fazer festa nenhuma, por óbvio, não é? Então, o que ocorre? Hoje, há raças específicas que são treinadas, que identificam o explosivo e simplesmente sentam e ficam na frente.

Então, há todo esse desenvolvimento que vem sendo feito, e eu acho que também temos que lembrar, reconhecer e, ao mesmo tempo, ter todos os cuidados. E nós temos que ter todo esse estímulo absolutamente brilhante trazido pela Deputada Regina Becker. Eu só quero pedir para que ela o relate, porque isso pode ajudar, no futuro, outras Prefeituras a copiarem o bom exemplo de Porto Alegre, em duas coisas: a implantação em si da SEDA e as resistências, que eu acho que é uma coisa importante de ser dividida até para outras experiências. E há uma pergunta e uma curiosidade minha: em que pé estão?

Eu sabia que havia um projeto para a construção de um hospital veterinário, uma clínica veterinária, uma unidade veterinária de atendimento público. Inclusive, pelo que eu sei, o projeto é inédito no próprio País, com a configuração que foi construída lá. Eu acho que valeria a pena, porque isso é uma evolução impressionante para o Brasil, e acho que essa experiência deve ser replicada em outros lugares do País.

Eu agradeço ao Presidente Ricardo Izar pela paciência, mas acho que são tantas experiências e tantas provocações positivas trazidas pela Deputada Regina Becker que eu me senti na obrigação de tentar contribuir um pouquinho.

A SRA. REGINA BECKER - Deputado Onyx Lorenzoni, eu inicialmente gostaria de agradecer-lhe a forma sempre cordial e gentil com que o senhor, ao longo desses anos todos de relação, tem deferido à minha pessoa.

Em segundo lugar, quero agradecer por todo o apoio e parceria que o Hospital Lorenzoni tem dado à SEDA.

Como a SEDA não dispõe de estrutura de profissionais e de equipamentos para fazer determinados atendimentos, clínicas veterinárias e hospitais de Porto Alegre oferecem gratuitamente procedimentos, e o Hospital Lorenzoni é um desses



estabelecimentos que têm nos ajudado. Então, nos casos de alta complexidade, os animais de pessoas de muito baixa renda são levados a essas entidades. E o Hospital Lorenzoni é um desses estabelecimentos que tem sempre recebido de braços abertos todos os animais que chegam lá pedindo ajuda.

Então, muitíssimo obrigada.

Quero dizer que o seu filho, o Rodrigo, tem sido um parceiro inestimável, porque ele é o Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Sul. E qualquer outro Presidente, eu tenho certeza, teria colocado uma série de óbices em relação à implantação de um trabalho de políticas públicas para animais. Ele teria se utilizado de todos os mecanismos possíveis para tentar fazer com que o trabalho implantado estivesse absolutamente dentro de regras e exatamente de acordo com o que fosse estabelecido por lei.

Ao contrário: o Rodrigo me ajudou, facilitou. Ele fez com que as coisas pudessem acontecer dentro das normativas, mas ajudando, oferecendo auxílio de profissionais, de assessoria jurídica. Então, isto é uma coisa muito boa: saber que nós podemos contar com pessoas como vocês. Muito obrigada pela ajuda.

Em relação às suas duas perguntas, a resistência à SEDA foi muito grande, porque era um trabalho inédito no Brasil, e as pessoas não entendiam, parecia que era a esposa do Prefeito de Porto Alegre querendo implantar um serviço de ajuda a animais porque gostava de animais. E é muito mais complexo do que isso.

Houve uma grande discussão com a opinião pública, o senhor se lembra disso. Os meios de comunicação, Vereadores, Deputados questionando por que uma Prefeitura ia destinar recursos públicos para atendimento de animais, quando a questão humana requeria, também, esse olhar por parte do poder público.

Hoje em dia, não existe qualquer dúvida em relação à necessidade desse trabalho. É um avanço e Porto Alegre se tornou uma referência nacional, internacional. A SEDA recebe, toda semana, pessoas vindas de todas as partes do Brasil, da América do Sul e do mundo, para conhecer o trabalho da Secretaria, o que é feito. Então, houve resistências, mas hoje isso é inquestionável. E o orçamento é um orçamento de 0,08% do orçamento geral do Município, o que é muito pouco em relação ao todo.



E sobre o hospital veterinário, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre está ganhando um hospital veterinário do empresário, que é conhecido nacionalmente, Sr. Alexandre Grendene, que vai disponibilizar a doação desse equipamento público completamente equipado para o atendimento de animais de pessoas de baixa renda. Ele possivelmente entra em obra nos próximos 2, 3 meses. O prazo de conclusão da obra é de 10 meses, e o investimento vai ficar em torno de 6 milhões de reais. Então, é um presente para Porto Alegre de uma pessoa que entende a necessidade desse atendimento também para os animais.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Vou pedir um aparte ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É lógico, Deputado. V.Exa. manda aqui.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu mando coisa nenhuma! (*Riso.*) Eu quero apenas participar.

É uma surpresa agradável saber que ele é médico veterinário e que tem um hospital de importância. Isso é muito bom, porque hospital para animais nem todo parque tem.

Mas eu queria fazer uma indagação — por falta de conhecimento de minha parte —, porque eu trabalhei numa serra lá no Ceará, Serra de Matriz de São Gonçalo dos Cocos, no Município de Ipueiras. A leishmaniose, em pessoa, é um negócio esquisito, porque ela é uma doença feia. Geralmente, dá na perna e vai ganhando o corpo. E os animais, querem sacrificar, não é isso? Por falta de recurso, mas as pessoas ninguém pensa em sacrificar, o que seria também um absurdo nesse sentido.

E eu trabalhei por mais de 3 anos com outros nomes, no tempo da clandestinidade, e aquilo foi uma doença. Há muitas doenças no interior: umas são fáceis de serem resolvidas, mas essa, a leishmaniose, dá medo até de ficar perto das pessoas quando não se conhece, quando ela pega a perna da pessoa — quem já trabalhou e viu sabe como é.

Por que não existe, ainda, um medicamento para salvar os animais?



A SRA. REGINA BECKER - Eu infelizmente não vou poder responder-lhe. Eu também não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu posso ajudá-lo, Deputado Chico Lopes?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Existem países em que já há o tratamento. Aqui no Brasil, existe uma portaria do Ministério da Saúde que não permite o tratamento do animal. Eles dizem que a política que o Brasil adota é essa porque preserva... No caso de se usar o medicamento antibiótico no animal, ele pode perder o efeito no ser humano.

Existe um projeto tramitando aqui na casa que é de autoria do Deputado Geraldo Resende, seu eu não me engano. O Relator é o Deputado Mandetta, que é sanitarista. Ele fez várias audiências públicas. Constatou e colocou no relatório dele que isso poderia, sim, ser feito. Por isso, precisamos aprovar logo esse projeto, porque ele permite o tratamento. Ele conversou com as fabricantes de medicamentos, laboratórios. E ele deixou no texto que teria que haver dois princípios ativos: um para ser utilizado no animal, um para ser utilizado no humano. Os laboratórios disseram que isso é possível.

Então, é só questão de aprovar essa lei o mais rápido possível e mudar o tipo de política exercida no Brasil para a leishmaniose, já que em Campo Grande o Deputado Mandetta passou por um momento de uma grande epidemia de leishmaniose. Lá, ele utilizou o encoleiramento, vacinação, tratamento, e deu certo. Lá, diminuiu o caso de leishmaniose, e a política que vem sendo aplicada pelo Ministério da Saúde, que é de eliminar o animal, vem fazendo com que os casos de leishmaniose cresçam. Então, alguma coisa está errada. A política que está sendo adotada está errada.

Então, vamos mudar para que dê certo nos outros países. É por isso que precisamos pedir algo no relatório. O Deputado Tripoli já me sinalizou — sobre isso conversamos outro dia — que esse projeto do Deputado Geraldo Resende é muito importante que votemos logo, coloquemos um pedido de urgência para que possa ser feito o tratamento no animal, possam ser feitas políticas de prevenção, como



encoleiramento, que é muito importante que exista, principalmente nas regiões de epidemia.

Houve alguns debates na CPI. Nós tivemos uma audiência pública tratando do assunto e tivemos na Comissão do Meio Ambiente também tratando sobre leishmaniose.

Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero pedir desculpas à Regina. Nós temos que atuar em várias frentes. Eu não estava aqui porque na Comissão de Justiça eles queriam votar um projeto instituindo como um esporte nacional para que fosse partícipe, inclusive, quem sabe, até das Olimpíadas, a vaquejada. Então, nós estamos figurando lá, na Comissão de Constituição e Justiça, com o projeto. Conseguimos transformar, com a anuência do Relator, uma audiência pública que vai ocorrer no próximo dia 25, se não me falha a memória. Depois nós vamos ter uma audiência pública na Comissão do Meio Ambiente.

Embora eu seja visceralmente contra essa tese, tenho certeza de que os demais desta Comissão também o são. Mas lá, na CCJ, nós somos minoria. Então, nós vamos ter que fazer um trabalho duro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - No Congresso.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - No Congresso realmente.

Mas eu queria, na verdade, cumprimentar a Deputada Regina Becker. Conheço já há muitos anos o seu trabalho, a sua dedicação. Mais do que esposa do ex-Prefeito de Porto Alegre, ela sempre foi Secretária Especial dos Direitos Animais. Ela já era militante muito antes disso. Recordo-me que há cerca de 3 anos, 4 anos estivemos juntos no Rio de Janeiro num evento paralelo de proteção animal na Rio+20. Foi a primeira vez que um evento internacional, patrocinado pela Organização das Nações Unidas, discutiu a questão da proteção animal, e a Regina Becker foi uma das palestrantes conosco lá. Um grande evento. A Ministra do Meio Ambiente do Brasil estava presente e outros países também participaram desse grande debate, inclusive a representante da organização não-governamental da Brigitte Bardot, que fica na França e é um órgão também ligado à questão da proteção animal.



Então, queria aqui, na verdade, cumprimentar a Deputada Regina Becker. Ela tem o seu trabalho muito intenso no Estado do Rio Grande do Sul, basicamente em Porto Alegre. Mas, mais do que isso, tem alongado os seus conhecimentos para todo o Brasil, e ficamos muito honrados em tê-la aqui hoje na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, ela que é uma referência para todos. Fico feliz de que em nosso relatório possa constar o depoimento prestado por V.Exa. aqui.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Regina Becker, eu queria aproveitar que a senhora tocou no assunto da educação das crianças, do trabalho que é feito nas escolas, e que a Assessoria Parlamentar está aqui nos ajudando no relatório, para dizer que há um PL que trata da questão da educação, para colocar a matéria de direitos dos animais dentro da educação ambiental.

Então, se os assessores puderem tomar nota, acho que essa é uma sugestão legal para o relatório.

Foi falado sobre a questão da eliminação dos animais, quando se detecta algum tipo de doença, nos Centros de Controle de Zoonose. Hoje, nós temos agendada, para as 16h30min, uma reunião com o Presidente da Casa, Eduardo Cunha. Eu convido a senhora para participar conosco. Ele pediu para remarcar-la. Ele já tinha nos prometido colocar em pauta o Projeto nº 1.376, que trata das políticas públicas de controle populacional de animais, e o Projeto nº 3.490, que dispõe sobre a proibição de eliminação de cães e gatos sadios em Centros de Controle de Zoonoses. Então, ele nos receberá lá, para colocar os dois projetos na pauta do plenário.

Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero cumprimentar a Deputada Regina Becker e falar que este seu pioneirismo vem mostrar que, no Brasil, algumas coisas mudaram, algumas coisas para melhor. Cabia à primeira-dama — e eu sou primeira-dama no meu Município também — cuidar desta parte social. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, esse papel passou a ser exercido como política pública mesmo. Com esse Ministério, foram criadas nas respectivas Prefeituras as Secretarias de Assistência Social.



E, no papel de primeira-dama, a Deputada Regina Becker fez o bem em escolher atuar nesta área e, efetivamente, mudar os paradigmas. Não existia uma Secretaria Especial para tratar dos direitos dos animais, e ela foi pioneira nisso.

Eu acho que a importância de sua vinda aqui hoje — e temos que ressaltar isso — é fazer essa divulgação. São muitos Municípios. No meu Estado, então, Minas Gerais, são mais de 800 Municípios.

Eu a conheci pessoalmente, mas o seu trabalho já é conhecido. A senhora já nos representa muito bem nesta área, para que possa despertar também nas primeiras-damas esse trabalho. Às vezes, ficamos sem alguma atividade mesmo. E é importante destacá-lo, para que os prefeitos possam também aceitar isso como uma iniciativa; não como uma Secretaria Especial, mas, daqui a pouco, como uma Secretaria mesmo que compõe as diversas Secretarias de um Município, já que faz um bem enorme para as pessoas, para a vida humana e para os animais também.

Nessa perspectiva, vem a minha pergunta: como era a sua atuação frente às Secretarias, em especial a Secretaria de Saúde, que compõe o Centro de Controle de Zoonose, que, em geral, é a porta dos fundos das Secretarias de Saúde? E como é a questão da relação mesmo do direito dos animais? Como isso se processava na sua Secretaria? Quando a senhora falou da questão do controle da leishmaniose, no período da sua atuação nessa Secretaria, estatisticamente, vocês conseguiram, com as medidas adotadas, reduzir a leishmaniose?

Muito obrigada.

A SRA. REGINA BECKER - Deputada Raquel, muito obrigada.

Esta relação com a Secretaria da Saúde, na época, foi muito conturbada. Existia todo um trabalho há mais de 100 anos, instituído dentro da Prefeitura Municipal, em que o enfoque era a questão só de zoonose, mas não de direitos. Eu precisava contar com a Secretaria da Saúde e me vi sozinha, sem recursos, sem nada. Precisávamos de veterinários. Existiam veterinários dentro da estrutura do Município, mas eu não pude contar com eles. Precisávamos de dotação orçamentária. E eu não pude contar com a dotação orçamentária da Secretaria da Saúde. Então, foi preciso criar uma Secretaria específica, para que eu tivesse recursos efetivos e conseguir implantar o trabalho.



Foi muito complicado no início, mas todas essas turbulências foram pouco a pouco sendo sanadas. E, para a minha alegria hoje, as Secretarias vêm ao encontro do trabalho da SEDA no sentido de prestar apoio.

O trabalho de uma prefeitura, assim como de um estado e de um país, tem que ser transversal. Trabalha-se em rede. Se não existe essa rede de apoio na própria estrutura, as coisas não funcionam. Então, hoje o trabalho flui muito bem.

Em relação à leishmaniose, nós enfrentamos, sim, problemas no Município com casos de leishmaniose, mas a minha primeira providência foi fazer com que o Prefeito municipal, que era meu marido, através de um decreto, proibisse qualquer ação que significasse o extermínio ou a eutanásia de animais. Ele proibiu.

Hoje, Porto Alegre não admite nenhum tipo de procedimento que leve o animal à morte, nem mesmo nos casos mais sérios de leucemia viral felina (FeLV), imunodeficiência viral felina (FIV) e peritonite infecciosa felina (PIF) quem trabalha com felino sabe o que significa isso —, assim como também, cumprindo um protocolo do Ministério da Saúde, que ainda hoje é cumprido por muitas Prefeituras, apresentar um número “x” de cabeças de cães por mês, para que seja feito o teste da raiva e poder receber recursos por parte do Ministério. Ainda está em vigência o absurdo dessa instrução normativa. Então, nós praticamente resolvemos esse problema lá.

Eu vou aproveitar este momento. Deputado Tripoli, eu relatei há pouco que eu estive ao longo da manhã de hoje no IBAMA. Eu trouxe uma manifestação do corpo técnico, agradecendo a V.Exa. por ter colocado, como emenda parlamentar, um recurso que visa, justamente, poder viabilizar a impressão de material que o IBAMA quer para poder fazer a distribuição nas escolas públicas de todo o Brasil.

Então, o recurso está sendo esperado com muita ansiedade, na certeza de que é somente assim, através da educação, que nós vamos conseguir romper essas barreiras.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Deputada, os índices de leishmaniose caíram no seu período?

A SRA. REGINA BECKER - Completamente. Completamente! Existem estudos aqui no Brasil. Eu não me lembro agora do nome do autor. Ele é pós-doutor, é paulista do interior, de São Carlos, e comprova cientificamente, na tese de pós,



pós-doutorado, que a leishmaniose é possível, sim, de ser curada através de tratamento específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Regina Becker, eu queria agradecer a sua presença e pedir para que aguarde um pouco. Se quiser nos acompanhar depois à Presidência da Casa, vai ser bem-vinda.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Wilson Pedro dos Santos Júnior.

Só quero fazer um comunicado, Deputada Raquel Muniz. Está marcada para o dia 27 a nossa ida a Mariana. A Deputada Regina Becker falou de Mariana aqui, mas a ida da CPI até o local está marcada para o dia 27.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sr. Wilson Pedro dos Santos Júnior, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, sendo-lhe garantidos os direitos constitucionais, entre os quais o exercício da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação; o direito de ser assistido por advogado ou, em falta deste, de ser-lhe nomeado defensor *ad hoc*, e de com este comunicar-se, pessoal e reservadamente, durante o curso do depoimento; e o direito de ver respeitadas, sempre em seu próprio benefício, as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994.

Advirto o depoente de que sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Eu vou ler a procuração:

“PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, o abaixo assinado, Outorgante, nomeia e constitui seu procurador o Bel. Sérgio Reis, regularmente inscrito na OAB-BA e estabelecido profissionalmente na Avenida Tancredo Neves, 999, Edifício Metropolitano Alfa, Conjunto 501, Caminho das Árvores, na cidade de Salvador, conferindo ao mesmo os poderes da cláusula ‘ad judicium’, bem como os especiais de receber, dar quitação, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, podendo ainda substabelecer, com ou sem reserva de iguais, tudo aqui outorgado, mormente para acompanhá-lo e exercer sua defesa junto à Comissão Parlamentar de Inquérito de Maus-Tratos de Animais da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.



Brasília, 17 de novembro de 2015

Wilson Pedro dos Santos”

Está correto? *(Pausa.)*

Antes de conceder a palavra ao Sr. Wilson Pedro, para lembrar aos Parlamentares o fato, nós vamos passar um vídeo a V.Exas. agora.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Wilson Pedro dos Santos Júnior.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Em primeiro lugar, eu gostaria de pedir desculpa a todos pelo fato que aconteceu. Infelizmente, foi uma atitude de desinteligência de minha parte, fruto de uma série de situações que eu vinha vivenciando há alguns anos no condomínio em que morava e que desencadeou nessa atitude impensada de minha parte, tomada no auge da fúria, em virtude de uma provocação premeditada por parte da proprietária dos animais. Foi um ato que, como foi passado aí, uma filmagem de 23 segundos, não reflete toda a história de minha vida de 40 anos de existência. Eu fui criado numa família cristã, uma família espírita. Esse fato serviu muito de aprendizado para a minha pessoa, para eu recuperar o caminho de que eu estava um pouco afastado — da minha parte católica, da minha parte de cuidar da minha da minha saúde mental também. Mas, infelizmente, aconteceu. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para poder explicar também o que ocorreu, porque, até o presente momento, as pessoas só tiveram acesso a um lado da versão. Eu, há 5 anos, resido no local. Tenho um filho de 2 anos, que é alérgico. Inclusive, quando a mãe estava grávida, tive que me deslocar com ela para outro Estado para fazer exame de suspeição de toxoplasmose, por conta de pessoas que criam animais e não respeitam o direito das outras pessoas de não terem animais em suas casas. E, durante 5 anos, vinha acontecendo no local onde eu morava a invasão de minha propriedade por animais — cachorros e gatos — de pessoas que não respeitam o direito do outro ser humano. E culminou nesse ato, que foi passado. Infelizmente, nós não podemos voltar no tempo, mas o que aconteceu me deixou muito envergonhado. Eu fui criado num ambiente com animais. Eu tenho uma irmã que é veterinária. Assim, um vídeo desse não tem como mostrar quem é realmente a pessoa que está aqui diante de



vocês. Estou aqui pedindo desculpa a todos, à sociedade, pelo fato. Só tenho a lamentar o ocorrido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor é tenente da Polícia Militar do Estado da Bahia?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor reconhece a sua figura no filme que viu. Há testemunha que prestou depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu gostaria de perguntar algumas coisas ao senhor. Há quantos anos o senhor faz parte da Polícia Militar da Bahia?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Há 12 anos e 6 meses.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Há 12 anos. Muito bem.

Qual é a sua patente? Quer dizer, como... O senhor é, na verdade, tenente. Mas o senhor pertence a que tipo, dentro da corporação... É bombeiro, rodoviário?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Dentro da Corporação, sou policial militar do quadro operacional, policiamento ostensivo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ostensivo. Muito bem.

O senhor é proprietário do imóvel nesse local?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Há quantos anos o senhor mora no local?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Desde a entrega pela construtora, desde 2010.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Há praticamente 5 anos, então, o senhor mora lá.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Há 5 anos e 6 meses.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Muito bem.

A arma que o senhor utilizou pertence a quem?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Particular.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É particular? Que tipo de arma o senhor utilizou?



O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Pistola calibre ponto 40.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Uma pistola calibre ponto 40. O senhor registrou essa arma, provavelmente. O senhor a usa para qual função? O senhor faz bico depois da Polícia Militar? Para que função o senhor tem essa arma? O senhor já tem uma arma da polícia? Qual é a arma que a polícia lhe concede para o senhor prestar o seu serviço como policial militar?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - A Polícia Militar da Bahia não disponibiliza armamento da própria corporação para uso particular do policial.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não, eu me refiro à função de tenente. Quando o senhor está em serviço na corporação, o senhor usa uma arma. O senhor deve ter uma arma, porque todo policial militar, que eu saiba, tem uma arma, porta uma arma. Qual é a arma que a Polícia Militar cede ao senhor para usar no dia a dia, no seu trabalho de policial militar? Como polícia ostensiva, como o senhor disse aqui, o senhor usa uma arma. Não é a sua arma particular. O senhor usa uma arma que é da corporação. Que tipo de arma o senhor usa na corporação?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - A arma da corporação depende do local onde o policial trabalha e do tipo de serviço. A polícia pode disponibilizar de revólver a fuzil. Depende do local onde o policial trabalha.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - No coldre, que tipo de arma o senhor usa no coldre, quando o senhor vai a uma missão? Não estou dizendo aquela arma pesada, calibre 12 não, metralhadora. Estou dizendo no coldre, na cintura, que tipo de arma o senhor carrega? É um 38, é um ponto 40? Que tipo de arma o senhor usa?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - A arma que a gente usa em serviço, a depender do estoque de armamento, da quantidade de efetivo utilizado no serviço, pode variar de revólver 38, pistola 380 ou pistola ponto 40.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas o senhor troca de arma todo dia? O senhor chega e diz que vai entrar em serviço e a polícia lhe dá uma arma. O senhor já tem uma arma determinada pela polícia, que diz que o senhor fica com o porte da arma, é fiel depositário dela, e essa arma pertence à Corporação? Quando o senhor der baixa, o senhor devolve essa arma. Qual a arma do seu dia a dia? É um ponto 40 é um 38. O senhor não troca de arma todo dia?



O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Essa questão do armamento por parte do policial militar varia de unidade para unidade, de comando para comando, de policial para policial. Essa questão assim eu não tenho como responder ao senhor qual é a arma que eu uso todo dia.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Nos últimos 30 dias, que arma, como policial militar, o senhor usou no serviço público que o Governo lhe forneceu? O senhor teve uma arma durante os últimos 30 dias que o senhor usou no coldre, na cintura. Que tipo de arma o senhor usou?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Desde o dia 13 de junho de 2015 que eu não uso mais armamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor está desarmado desde 2015. Desde 13 de junho de 2015, o senhor não tem mais arma.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu deixei de usar armamento desde o dia 13 de junho de 2015.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por que motivo o senhor deixou de usar arma? Por que a corporação pediu que o senhor não usasse arma nesse período?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Deixei de usar por motivo próprio de minha pessoa.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas como o senhor exerce a sua função de policial militar sem arma?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Estou trabalhando de maneira interna. Estou me deslocando na cidade de Salvador desarmado. Meu rosto foi posto na mídia. Então, a partir desse momento, eu decidi que eu não preciso mais andar armado. Já fui condenado pela sociedade, pelas pessoas. Então, quem quiser aproveitar que eu estou desarmado, eu deixei de andar armado porque foi uma convicção minha pessoal.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor vendeu a sua pistola ponto 40 ou o senhor ainda a mantém?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - A pistola encontra-se desarmada, desmontada na minha casa.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Na sua residência. Então, está com o senhor.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não. Estou morando em Salvador. A pistola encontra-se desmontada na minha residência, em local seguro, em Teixeira de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Muito bem, o senhor foi deslocado então para uma área administrativa da Polícia Militar, é isso?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Exatamente, enquanto eu estou respondendo internamente o procedimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O inquérito policial militar?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Procedimento administrativo demissional da Polícia Militar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por qual motivo?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Pelo motivo dos disparos efetuados no dia 13 de junho de 2015.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Que é esse que nós vimos agora.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor tem algum inquérito policial militar fora esse, ou alguma ocorrência durante esses 12 anos que o senhor trabalhou na corporação?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quais são? O senhor poderia elencar aqui? Agressão, homicídio, o que o senhor tem?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Processo de serviço policial militar em que foi registrada lesão corporal.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas no serviço, prestando serviço, ou não?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Prestando serviço policial militar.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Lesão corporal. O que mais?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Somente.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Só essa que o senhor tem? De que ano foi a lesão corporal?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Dois casos em 2009.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor poderia nos dizer? Deve ser público isso. Deve haver um inquérito policial, ou miliar, ou civil dessa lesão corporal. Alguém que estava se envolvendo em briga ou furto, qual foi o motivo da lesão corporal?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Prestando serviço policial. Como ele está tramitando na Justiça, qualquer pessoa tem acesso aos autos do processo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, mas a lesão corporal foi por arma de fogo, por arma branca, foi soco? Qual foi o motivo da lesão corporal?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Arma de fogo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Arma de fogo. O senhor tinha uma arma de fogo, deu o tiro e, com certeza, causou a lesão corporal, prestando serviços obviamente à corporação. É isso?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Prestando serviço à sociedade.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, à corporação da Polícia Militar, à sociedade, porque é ela que paga o salário do senhor. Diga-me uma coisa, o senhor disse aí que houve uma provocação da senhora proprietária dos dois cães e, por essa provocação, o senhor disse que o filme mostra apenas um trecho.

O senhor poderia nos contar o que aconteceu na hora em que o senhor saiu da sua residência armado, como nós vimos ali, e se dirigiu à proprietária. O que aconteceu nesse período? Ela fez algum movimento? Ela estava armada também ou não? Pode perguntar ao seu advogado, fique à vontade. Não há problema nenhum, só desliga o microfone para não vazar informação de vocês.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Ela não estava armada.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ela não estava armada. Então, o que houve para ter havido essa provocação que o senhor teve? Que tipo de provocação ela fez ao senhor?



O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Como eu havia relatado, desde 2010, em que eu fui morar lá, pessoas que criam animais acham que as outras pessoas que não criam animais têm a obrigação de limpar as fezes feitas pelos animais nas suas residências, têm a obrigação de suportar mau cheiro da urina dos animais nas suas residências, têm a obrigação de se sujeitar aos caprichos dos donos dos animais que criam esses animais presos, encoleirados, e quando resolvem sair com os animais têm que levá-los para as residências das pessoas que não criam os animais. Como eu disse, eu tenho um filho que é alérgico, e há 5 anos eu vinha sofrendo com essa situação — tenho um filho de 2 anos, o mais velho. Há 5 anos eu venho sofrendo essa situação. E, na sexta-feira, dia 12, véspera do fato, eu flagrei a proprietária dos animais levando os cachorros para invadir a minha casa e fazerem as necessidades na área verde de minha casa. O condomínio tem 80 casas. Ela também morava lá, por que ela não levou o cachorro dela para fazer as necessidades na própria casa em que ela residia? Então, ela resolveu, deliberadamente, levar os animais para invadir a minha casa e fazer as necessidades na minha propriedade. Eu sempre prezei pela boa vizinhança. Tenho vários vizinhos que têm animais. Frequento a casa de todos. Sou amigo de todos os vizinhos lá que têm animais, continuo frequentando a casa dos mesmos, depois do fato, porque todos sabem o que foi o ocorrido, como se deu o fato. Então, após ela ter feito isso, eu pedi a ela que não fizesse a mesma situação e já no sábado, mais uma vez, chamei o síndico do condomínio para relatar o fato, mostrei a ele a planta que o cachorro dela destruiu, mostrei a grama manchada de urina, e ele também sentiu o mau cheiro no local. E, estando eu na varanda com o meu filho, fui surpreendido pela dona dos cachorros com os dois animais na minha porta. Eu tive tempo ainda de tirar o meu filho da porta de casa, de 2 anos, e entrei. Ela não satisfeita em ter me colocado para dentro de casa, ela adentrou a grama com os cachorros e colocou o cachorro para fazer as necessidades na minha grama novamente. Eu ainda fiquei uns 5 minutos dentro de casa tentando me controlar, mas infelizmente fui tomado por uma ira e acabei perdendo o controle da situação e aconteceu o ocorrido.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Deixa eu fazer uma pergunta: o senhor falou que foi em 2010; essa senhora quando esteve aqui, a proprietária dos



animais, no seu depoimento, disse que passava férias ou alguns dias, alugou por 3 meses um imóvel lá. Então, ela não poderia estar lá desde 2010. Houve constantemente pessoas que levavam os cães para fazer as suas necessidades na sua casa?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Exatamente. Só que nunca...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eram outras pessoas, então.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Exatamente. Só que...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não eram as mesmas?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Exatamente, só que nunca flagrei quem foi. Após ela ter ido morado lá no condomínio, ela levava os animais para fazer as necessidades no parquinho das crianças. Foram feitas várias reclamações por moradores. E, depois disso, ela passou a levar os cachorros às casas de quem tinha filhos pequenos. No caso, eu fui um dos escolhidos por ela para esse desrespeito.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ela escolhia as casas onde havia crianças para levar os cachorros?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Exatamente, porque ela acreditou que fomos nós, os pais das crianças, as pessoas que reclamavam quando ela levava os cachorros para fazer as necessidades nos parquinhos, que estavam reclamando da situação.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor não imagina que eu vá acreditar nessa sua versão, não, né? O senhor está muito bem instruído pelos seus advogados — eu sou advogado; fique tranquilo —, e eu acho que é uma versão um tanto quanto fantasiosa, mas é um direito que o senhor tem.

O senhor tem algum inquérito policial? Foi instaurado inquérito policial, nesse caso específico? Houve um boletim de ocorrência, inquérito policial civil, não militar?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Foi, né? O senhor já prestou depoimento na polícia, ou não?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E o que mais? As testemunhas... Foi pro fórum, não foi pro fórum, está no âmbito da Polícia Civil ainda?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não tenho como responder a essa questão.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor não sabe.

Muito bem. Quando o senhor fala em invadir a casa... Só para que a gente consiga entender, porque no filme não dá pra ver: as casas, elas são geminadas, umas coladas nas outras, né? E me parece que tem um pequeno jardim. Não há nenhuma porta, nenhuma... É só a entrada do automóvel, ali? Como é? Se o senhor pudesse descrever a entrada da sua residência...

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Se for necessário, eu trago a escritura que comprova a metragem lá da residência.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não, não, não. Eu digo como é que é a entrada da casa: tem um gramado, tem acesso aos carros, tem jardim? O que tem na entrada de sua residência? Ou é a porta direto? O senhor falou que ela invadiu. Ela invadiu, ela abriu a porta, colocou os cachorros dentro da sua casa, ela invadiu o quintal, ela entrou no gramado? Como é que foi essa... O senhor disse que ela lhe criou uma certa provocação, né? Então qual foi a provocação que gerou o ânimo da atitude que o senhor teve?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - De acordo com a escritura da casa, a área verde faz parte da casa. Em fazendo parte da casa, é minha propriedade. Em sendo minha propriedade, passou dali, está invadindo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ou seja, não há uma cerca? A casa tem entrada do automóvel, tem um gramado, e depois é a porta da casa? É isso? É assim?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - É isso, né? Está correto?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Vou fazer uma pergunta ao senhor. O senhor é um policial militar com 12 anos de serviço. Vamos imaginar que tenha ocorrido uma ocorrência semelhante à sua, ao fato que aconteceu, e o senhor está numa viatura da polícia e recebe do Comando da Polícia Militar uma informação



para se dirigir a um imóvel onde tem uma senhora que, em tese, da maneira como o senhor está depondo aqui, fez uma provocação a um proprietário de uma residência; tem dois animais, e o sujeito desferiu três, quatro, cinco tiros nos animais. O senhor, como policial, que atitudes o senhor teria com essa pessoa que cometeu esse crime?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - O correto é conduzir para a delegacia.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Sim, mas o senhor chegaria ao local e levaria quem para a delegacia: a pessoa que desferiu o tiro ou a proprietária dos animais?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Todas as partes envolvidas.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Todas? E o cachorro que estaria morto lá, o senhor faria o que com ele?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não tenho como responder essa pergunta.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor não acha que um policial militar que... E o senhor é oficial, não é um soldado raso, não é um cabo, não é um soldado; o senhor é um tenente. O tenente faz cursos na Polícia Militar e, obviamente, vai galgando os vários cargos e acessos, né? Quando se chega ao cargo de tenente, se a função de um policial é exatamente resguardar a vida das pessoas, ou dos seres vivos, pelo menos, né, o ideal seria a instalação de um boletim de ocorrência, chamar uma viatura policial, ou a Polícia Civil; instaurar um inquérito, dizendo que a sua casa estaria sendo invadida; os animais estariam fazendo ali as suas necessidades e isso estaria causando prejuízo a sua família. Por que o senhor não tomou essa medida, já que o senhor é um homem instruído e foi preparado exatamente para salvaguardar a sociedade, e não obviamente tomar a atitude que o senhor tomou naquele dia? O que motivou o senhor?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não é demérito algum ser soldado raso, cabo ou sargento da Polícia Militar. Todos têm seu valor na profissão. Em segundo lugar, como eu falei, a



motivação da provocação me levou a perder o senso do normal, e acabei tomando uma atitude “desinteligente”.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor já tirou a vida de outros animais?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Esse foi o primeiro.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Infelizmente, foi.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor já teve cão, gato? Animais de criação?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Fui criado com animais, inclusive já resgatei animais de maus tratos, quando na minha adolescência. Tenho uma irmã que é veterinária. Meu pai é sertanejo, fui criado em ambiente rural, então sempre tive o contato com animais. Infelizmente, como já ...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor já foi mordido por cão ou por gato?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Já fui mordido por cachorro dentro de minha casa, criado na minha própria casa.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E o quê o senhor fez com o animal que o mordeu?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Continuei criando do mesmo jeito, porque era o cachorro que eu mais gostava. E tenho até a cicatriz no braço até hoje, caso o senhor queira ver.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Esse que o senhor matou, o senhor não gostava. Ele era de uma cor diferente, ele era agressivo?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Infelizmente, como eu já disse, eu tomei uma atitude sem pensar no que eu estava fazendo, por conta da provocação da proprietária dos animais.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor ficou em dúvida em atirar no cachorro, na proprietária ou nos dois?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não entendi a pergunta do senhor.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor ficou em dúvida entre atirar na proprietária dos cachorros, no cachorro ou em ambos, nos dois?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não tive dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Minha intenção era acertar o animal dela, que ela levou para fazer a necessidade na minha casa.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por que o senhor escolheu esse, e não o outro. Ela conseguiu segurar um. A gente vê no filme ela se agarrando em um, que era um pouquinho maior. O pequeninho não conseguiu... Acho que foi o que fugiu do controle dela, que foi aquele que o senhor acertou.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu atirei no maior, que era o cachorro dela, que era o que ela se vangloriava de ir levar o cachorro para fazer necessidade na casa dos outros.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Quantos tiros o senhor deu no cachorro?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - O outro cachorro, eu não sabia qual era a raça, acreditei ser um *pitbull* que ela tinha soltado para me morder. E aí eu efetuei o tiro.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Era um *pitbull*?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu não crio cachorros, não tenho como definir se um *pitbull* filhote é daquele jeito ou não.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Mas o cachorro fez algum movimento de que iria atacá-lo?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Ela abandonou o cachorro. Eu acreditei ser um *pitbull* e efetuei o disparo no animal.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E ela abandonou o cachorro por quê? Porque ela viu o senhor armado?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Perfeito. O senhor depois encontrou com a proprietária desse imóvel, não? A polícia chegou lá, foi lá, falou com o senhor, não falou? Qual foi a atitude da polícia logo em seguida?



O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não sei descrever para o senhor.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Por quê? O senhor não estava mais no local?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu não estava no local.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor se evadiu do local depois, então, do crime.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu me evadi do local.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor se evadiu do local para não dar flagrante? As 24 horas de flagrante? Podia ser tentativa de homicídio, se fosse, no caso, a senhora proprietária dos animais.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - A tentativa de homicídio quem define é a perícia técnica.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor ligou para a perícia técnica ou para os seus advogados?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Não? E por que o senhor se evadiu?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não quis ficar no local.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E o senhor levou a arma consigo ou deixou na sua casa?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Deixei em casa.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Seu filho e sua esposa estavam em casa?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Minha esposa estava na rua.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor voltou para dormir na sua casa ou não?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Voltei na segunda-feira.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Isso foi quando? Na sexta, no sábado?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - No sábado.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - No sábado. O senhor voltou na segunda-feira?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E não tinha nenhuma intimação da Polícia Civil ou da Polícia Militar, para que o senhor comparecesse no quartel da Polícia Militar ou na delegacia da Polícia Civil para responder?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu me apresentei voluntariamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ah, o senhor se apresentou voluntariamente. O senhor já prestou depoimento?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Como eu falei, já.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Na Polícia Civil e no inquérito policial militar, em ambos, ou não, ou só num?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor já prestou depoimento na Polícia Civil. E na Polícia Militar, o senhor não prestou nenhum depoimento?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Já sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Na Polícia Militar também?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Três ou quatro depoimentos, já.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E o quê que o pessoal da Polícia Militar fala para o senhor lá?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não tenho acesso ao trâmite do procedimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor tem provavelmente um procurador ou um advogado da sua associação cuidando do seu caso na Polícia Militar.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Que é o advogado que me acompanha aqui agora.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - E na Polícia Civil?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - O advogado que me acompanha é lá da cidade de Teixeira de Freitas.



O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor tem noção que uma senhora que matou alguns cães lá no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, pegou 12 anos de prisão por conta disso, não?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Desconheço.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Porque a lei diz que a pena é de 3 meses a 1 ano, mas em São Paulo há uma juíza que já proferiu uma sentença que foi, inclusive, confirmada no tribunal. São 12 anos de prisão. O senhor acha que vale a pena um tipo de atitude dessa contra um animal? Porque, se o senhor tivesse brigado com a mulher e tivesse dado um tiro na mulher... Embora nós não queiramos que o senhor dê tiro em ninguém. Mas por que o senhor desferiu um tiro no animal? O senhor disse que ela, a proprietária do animal, que lhe causou um tipo de provocação. Foi o que o senhor disse aqui no início.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Como eu disse, foi uma atitude impensada de minha parte, motivada pela raiva. Eu não sei por que eu tomei essa atitude no momento. Infelizmente aconteceu.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Qual é sua idade?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - 40 anos.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - O senhor é nascido onde?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Salvador, Bahia.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Presidente, eu estou satisfeito. Eu já sei o que fazer com esse depoimento e com os demais depoimentos que vieram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Raquel Muniz, V.Exa. quer usar a palavra?

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Wilson Pedro dos Santos Júnior.

Eu gostaria de saber se, durante o seu treinamento na Polícia Militar — e vocês passam por um treinamento —, você participou de algum treinamento com animais? Nós sabemos que na Polícia Militar até existem cães para fazer alguns trabalhos. Você participou de algum desses treinamentos com animais?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Negativo.



A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero saber também se você realmente está arrependido dessa sua atitude e se você sugere alguma coisa para que nós Parlamentares possamos fazer aqui com relação às leis aplicáveis a quem realmente comete esses crimes contra os animais.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Estou arrependido. Eu não sei como é que eu tomei essa atitude. Como eu disse, eu fui criado num ambiente com animais, tenho uma irmã que é veterinária. Sempre lidei com animais. Foi uma atitude mesmo que extrapolou a beira da razoabilidade. Se eu pudesse sugerir alguma coisa aqui, seria que fosse também olhada a questão dos bois utilizados em rodeios, os cavalos utilizados nas corridas de jóquei, os bois utilizados nas vaquejadas, porque aquilo, sim, eu considero um ato de maus-tratos puro aos animais. Infelizmente não está constando aqui nesta CPI.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Para seu conhecimento, nós já fizemos audiência pública relativa a esse tema. Foi um amplo debate aqui.

Eu gostaria de insistir na pergunta. Você acha que as leis deveriam ser mais rigorosas para quem comete esse tipo de crime contra os animais?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu não tenho como definir a rigorosidade de lei, porque não tenho competência para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Carlos Gomes.

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Deputado Ricardo Izar, eu não tenho perguntas. Eu me manifestei da última vez em que esse caso veio a esta Comissão. Eu cheguei a ver esse vídeo lá no Rio Grande do Sul, quando o tenente atirou nos animais — e por sorte não pegou na proprietária, porque foi bem próximo.

Aqui eu manifestei a minha indignação contra aquele ato do qual o Sr. Wilson se diz arrependido, diz ter animais, conviver com animais e ter irmão veterinário.

Aqui eu me manifestei dizendo da ameaça, porque a sua ação naquele vídeo mostra e retrata uma ameaça. O senhor, como tenente de uma Polícia, recebe do poder público para proteger o cidadão, para promover a paz. Portanto, ao vermos uma cena daquela, ver uma pessoa — nem sei se aquela arma era sua ou se era do Estado — atirando, executando animais indefesos que não lhe fizeram absolutamente nada!



Então, eu lamentei aqui. E, como o senhor não estava aqui, eu gostaria de repetir olhando para o senhor: eu sou Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, embora natural da Bahia, e o senhor me envergonhou duas vezes, sendo uma como baiano, a segunda como cidadão. E foi uma decepção pessoal, porque o senhor é um cidadão do povo que eu represento. Naquele vídeo, o senhor representou mal a Polícia da Bahia e, conseqüentemente, dos outros Estados.

Então, quero dizer para o senhor que eu lamento muito a sua posição, aquele gesto. Não sei se foi isolado. Não conheço o seu histórico dentro da Polícia da Bahia. E só tenho mesmo a dizer que lamento. Essa postura não é uma postura de quem defende o Estado e tem a responsabilidade de proteger o cidadão, sobretudo a lei que protege também os animais. Então, registro meu lamento, minha tristeza com tudo o que foi feito ali àquelas vidas inocentes, e àquela vida inocente que ficou ali à beira da rua.

Era a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sr. Wilson, eu queria fazer umas perguntas também. O senhor disse que vinha sendo incomodado há 5 anos pela Bruna. Mas, no depoimento dela, ela disse que estava lá no condomínio somente há 3 meses. O senhor sabia que ela estava lá só há 3 meses?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu falei que há 5 anos, por moradores do condomínio que possuem animais e que, infelizmente, quem eu fraguei, na véspera do fato, levando animal lá para casa foi a Sra. Bruna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor assistiu ao vídeo que nós passamos aqui?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nesse vídeo, o senhor disse que ela estava levando os animais até a tua residência. A tua casa não é do outro lado da calçada?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Infelizmente, só foi divulgada a parte do vídeo que interessava para denegrir minha imagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então aquilo não aconteceu na frente da tua casa?



O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - O vídeo todo mostra ela saindo da casa dela, indo pra minha casa, parando, fica mais de 1 minuto na porta de minha casa, entra na área da minha casa com os animais, sai e depois de uns 4 minutos é que eu vou perguntar a ela qual foi o motivo de ela ter feito aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas ali no vídeo o senhor não pergunta nada, o senhor chega atirando. Não foi?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Aquele vídeo não tem som, só imagem. Aquele vídeo é o final de todo o início da história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas não ia dar nem tempo de ela responder.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Olhe só, aquele vídeo só tem a imagem. Inclusive, no próprio depoimento dela — e está em vários sites —, ela confirma que eu falei com ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor falou que estava tomado por uma ira no dia do acontecido. Só que, um dia antes, o senhor mandou uma carta ameaçando ela. O senhor confirma isso?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu mandei uma carta pedindo para não levar mais os animais na minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Porque, se ela levasse...

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Por favor, não traga mas seus animais para fazer necessidades na minha casa. Infelizmente, ela levou novamente lá pra casa num ato de provocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas na carta só dizia isso: “Por favor, não leve os animais”.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não tinha nenhuma ameaça na carta?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não tinha nenhuma ameaça na carta. Inclusive, se tivesse, ela teria que mostrar essa carta com essa ameaça.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou ter que repetir algumas perguntas aqui. O depoente já respondeu ou responde a processos judiciais? Se sim, quais?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Respondo a dois processos por lesão corporal no ano de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor conhecia a Sra. Bruna Holtz antes do ocorrido ou a conheceu naquele dia de 12 de junho?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Só a vi no dia 12 de junho levando os animais para minha casa; depois, quando ela voltou para a minha porta à noite; posteriormente, no dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor está exercendo suas funções como Oficial na Polícia Militar?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Estou exercendo as funções administrativamente, enquanto respondo ao procedimento administrativo demissional da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então o senhor não está afastado?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu estou afastado das funções ostensivas, que é o policiamento na rua, feito da Polícia Militar. No trâmite da Polícia Militar, quando um policial responde ao procedimento administrativo demissional, ele é afastado da rua para poder responder a esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor não veio aqui à sessão, e a correspondência dizia que o senhor estava de férias. Eram férias, mesmo o senhor estando afastado?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não, a gente não está afastado da polícia; a gente está afastado do serviço operacional de rua, mas continuo sendo policial militar enquanto perdurar o procedimento administrativo demissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A sua intenção, quando disparou os tiros, era acertar a Sra. Bruna?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas passou pertinho, não passou?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não tenho como dizer. É só a perícia que vai falar ou confirmar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quantos tiros o senhor disparou contra o animal?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se, no caso, o senhor flagrasse uma cena igual a essa, e o tiro pegasse na Bruna, isso seria tentativa de homicídio? Você qualificaria isso como tentativa de homicídio?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu não tenho capacitação técnica para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Goulart, quer usar a palavra? (*Pausa.*)

Eu acho que não há mais o que perguntar aqui. Vou só dar a minha consideração. Eu acho que o senhor é um risco para a sociedade. (*Palmas.*) Eu acho que o senhor não deveria nem estar trabalhando para a polícia; ou tinha que estar internado, ou tinha que estar preso. Essa é a minha opinião.

Então, eu queria passar a palavra para a Vereadora Ana Rita Tavares.

A SRA. ANA RITA TAVARES - Sr. Presidente, Ricardo Izar; Sr. Relator, Ricardo Tripoli; Srs. Deputados aqui presentes; eu me sinto legitimada a estar neste momento fazendo essas considerações que vou fazer aqui, porque trouxe esse caso absurdo, inaceitável da Bahia para que esta CPI, que tem se mostrado atuante, eficiente, adote as providências que precisam ser adotadas.

Verifica-se, sem sombra de dúvida, que houve uma desproporção imensa entre a ação — que, sob a versão de Bruna Holtz, não existiu, porque ela garante, assegura que o cãozinho Apollo, em momento algum, fez necessidades fisiológicas na casa do acusado — e o crime cometido. Agora essa ação serve como desculpa, mas um crime foi praticado, com base no art. 32, da Lei nº 9.605.

Pela condição de policial, de integrante da corporação da Polícia Militar, também incide o art. 68 da Lei nº 9.605, que é a omissão no cumprimento do dever legal. Em vez de cumprir o seu dever, na condição de policial militar, pago pelo



Estado para proteger o cidadão, o meio ambiente e os animais, ele praticou o crime. E isso é indesculpável! Como disse o Deputado Carlos Gomes, ele envergonhou a corporação da Polícia Militar.

E gostaria de deixar registrado aqui que essa capa com a qual ele está se apresentando aqui agora, de homem pacífico, pedindo desculpas, não se harmoniza com o passado desse policial militar, desse tenente da Polícia Militar Wilson Pedro dos Santos, que saiu de Salvador exatamente porque criou problemas no exercício da sua função quando fazia esse policiamento ostensivo.

Ele foi deslocado para a cidade de Prado, onde também não honrou a farda da Polícia Militar. Depois, ele foi transferido para a cidade de Alcobaça. Depois, foi transferido para Itamaraju, porque em todos esses lugares ele criou problemas quando exercia a sua função de policial militar. Por fim, foi retirado do serviço de rua lá na cidade de Teixeira de Freitas, por absoluta incompatibilidade do seu comportamento no trato com a comunidade, e lhe foi dada como prêmio a direção do Colégio Militar em Teixeira de Freitas.

Eu peço aqui ao Cel. Anselmo Brandão, que é o Comandante-Geral da Polícia Militar da Bahia, que o afaste da função, não só da função da rua, mas da função administrativa, porque esse é o exemplo que deve ser dado. E outros policiais sabem que o policial cometeu esse tipo de crime também com o *animus* de acertar o tiro na pessoa Bruna Holtz, que era a guardiã dos animais, e no outro animal. Ele próprio confessou que direcionou a arma para a cadela chamada Bella, que é uma *golden retriever*, a qual foi retirada por Bruna Holtz, com muito esforço, para não ser morta.

Na verdade, ele teve o dolo, teve a intenção de fazer. E isso é inaceitável. O policial militar, ainda que não esteja fardado — está lá no Estatuto dos Policiais Militares —, ele tem que honrar a sua farda. E isso é realmente uma atitude criminosa e que deve ser enquadrada também na tentativa de homicídio.

Vamos dar o exemplo, porque nós não queremos uma polícia paga para fomentar a violência, para praticar a violência. Eu gostaria de pedir encarecidamente a esta CPI — reconhecendo que é um marco no Brasil, sob a condução e os auspícios de V.Exa. e sob a relatoria do Deputado Ricardo Tripoli — que realmente faça justiça nesse caso.



Lá na Bahia, nós vamos ajuizar uma ação para que esse policial, esse oficial da Polícia Militar seja afastado e demitido exemplarmente da corporação, porque não se pode contemporizar com isso, porque ele é uma ameaça realmente para a sociedade.

É isso o que eu deixo registrado aqui e agradeço V.Exa. pelo momento, pelo espaço dado para que eu pudesse me pronunciar em nome da Bahia, em nome da proteção animal. Como Parlamentar, como Vereadora da cidade de Salvador, eu venho lutando para que condutas desse tipo não sejam mais acolhidas, porque a Polícia Militar, pela sua Corregedoria, já deveria ter afastado esse policial há muito tempo.

Vai se esperar acontecer o pior? Não é isso o que nós queremos. Nós queremos que a Polícia Militar, Cel. Anselmo Brandão, adote as providências que têm de ser adotadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra à Deputada Regina Becker.

A SRA. REGINA BECKER - Sr. Presidente, desculpe, desconheço o regramento desta CPI, não sei se segue o mesmo rito legislativo de uma CPI estadual, mas eu posso dirigir alguma pergunta a ele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode, o Presidente autoriza.

A SRA. REGINA BECKER - Posso. O senhor me concede? *(Pausa.)*

Muito obrigada.

Sr. Wilson, eu sempre procuro fazer uma análise de um contexto como um todo. Olhando assim para o senhor, eu fico pensando na condição de um chefe de família. O senhor se considera um bom chefe de família?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Sim.

A SRA. REGINA BECKER - Quantos filhos o senhor tem?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Dois.

A SRA. REGINA BECKER - Qual é a idade deles?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Um de 9 e outro de 2 anos.

A SRA. REGINA BECKER - O senhor tem uma relação afetuosa com eles? Qual é a imagem que o senhor acha que eles têm do senhor, seus dois filhos?



O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - O de 2 anos não tem como exprimir nada devido à idade. Mas nunca toquei um dedo nos meus filhos, sempre os criei na base da conversa. E o mais velho, de 9 anos, sou muito próximo a ele. Nós nos tratamos não como pai e filho, mas como dois irmãos, de tão próximos que somos.

A SRA. REGINA BECKER - E eles tomaram conhecimento do que está acontecendo neste momento? Eles têm noção de que o senhor está sendo acusado?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - O meu filho mais velho, pela idade, sabe o que se passou sim.

A SRA. REGINA BECKER - E o que ele diz para o senhor a respeito disso?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Nós não conversamos ainda direito, porque, depois do fato, eu fui transferido para Salvador e estou afastado de minha família.

A SRA. REGINA BECKER - Eles estão na cidade onde aconteceu o fato?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Isso. Eu os estou vendo uma vez no mês, duas no máximo.

A SRA. REGINA BECKER - Desde junho deste ano?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Isso.

A SRA. REGINA BECKER - E o senhor não pretende explicar para os seus dois filhos o que aconteceu?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Pretendo explicar sim.

A SRA. REGINA BECKER - De que forma?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Eu tenho que parar para conversar com ele sobre o que fiz. Ele já tem uma noção do que se passou, mas ainda não tive tempo de sentar com ele com calma para explicar tudo o que ocorreu.

A SRA. REGINA BECKER - O filho mais velho assistiu ao vídeo que está rolando na Internet?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não.

A SRA. REGINA BECKER - O senhor não vai mostrar para ele?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não creio que seja necessário.



A SRA. REGINA BECKER - E o senhor acha que, escondendo a verdade, vai contribuir para que ele tenha uma imagem positiva do senhor?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Não estarei escondendo a verdade. Meus filhos não assistem a certas cenas de violência em casa. Já basta o que a gente faz. Então, eu preservo eles dessas situações.

A SRA. REGINA BECKER - E o senhor não acha que dessa forma também está desfocando a imagem que o senhor tem em relação aos seus filhos? Que está se mostrando uma pessoa de uma forma para eles e de outra para a sociedade?

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Sim. Eu, acima de tudo, sou um ser humano. Também tenho sentimentos. Não sou um ser autômato, como se exige de um policial militar. Então, não creio que eu esteja desfocando nada com relação ao sentimento do meu filho.

A SRA. REGINA BECKER - Bom, eu tenho duas considerações a lhe fazer. E deixo aqui a sugestão de uma mãe, de uma pessoa que foi professora da rede pública durante muitos anos: que o senhor cuide, de uma maneira muito especial, desses seus dois filhos, porque eles serão o que o senhor é para eles. O futuro deles depende da forma como o senhor está se relacionando com eles e da forma como eles o veem na sociedade onde vocês estão inseridos. É a primeira consideração.

A segunda consideração que eu tenho a lhe fazer quando o senhor fala da toxoplasmose: a ciência prova que a toxoplasmose é 90% transmitida por carnes utilizadas no consumo humano e não processadas corretamente, não cozidas. É transmitida pela carne de um porco criado em uma pocilga muito suja, de um animal contaminado com verminose, de uma linguiça que foi feita em fundo de quintal, ou de um salsichão, coisas desse tipo. A toxoplasmose seria originalmente transmitida pelo gato, mas, na verdade, o índice de contaminação de um ser humano por um gato é de menos de 10%.

Então, quando o senhor usa esta justificativa de que, na verdade, o seu filho tinha toxoplasmose, e o senhor queria afastá-lo da convivência com os animais, este não seria um motivo científico correto utilizado que respaldasse uma afirmação desse tipo. É importante que o senhor saiba disso e que o seu advogado também saiba disso. Não é um argumento que tenha embasamento teórico que possa



justificar uma atitude dessas. É importante que a convivência dos seus filhos com os animais seja pacífica. E me causou certa estranheza o fato de o senhor dizer que não sabia a raça dos animais, já que o senhor conviveu com cães durante toda a sua infância.

Então, como sugestão, dê uma atenção especial aos seus filhos, porque ainda dá tempo.

O SR. WILSON PEDRO DOS SANTOS JÚNIOR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou convidar o Deputado Goulart para assumir os trabalhos a Mesa, fazer as suas considerações e encerrar, porque eu tenho uma audiência com o Presidente Eduardo Cunha e estou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Eu quero, na realidade, desculpar-me com os membros desta CPI, com o nosso Relator, o Deputado Ricardo Tripoli, com os protetores que nos acompanham, com a Vereadora e com a Deputada.

E não sei se já foi proposto aqui pelo Relator e pelo Presidente, mas a Comissão terá que fazer um documento ao Governador, ao Secretário de Segurança, com tudo o que nós assistimos, e ao Comandante da Polícia Militar. E que a CPI possa acompanhar este crime absurdo que aconteceu até o último momento.

Era o que tinha a dizer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos desta Comissão.